



ANÁLISE MENSAL

ABRIL

2022



**política
por inteiro**

FOTO: MARCO MOTA (@marcoatom)

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES
PARA A POLÍTICA
CLIMÁTICA E DE MEIO
AMBIENTE NO BRASIL



Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

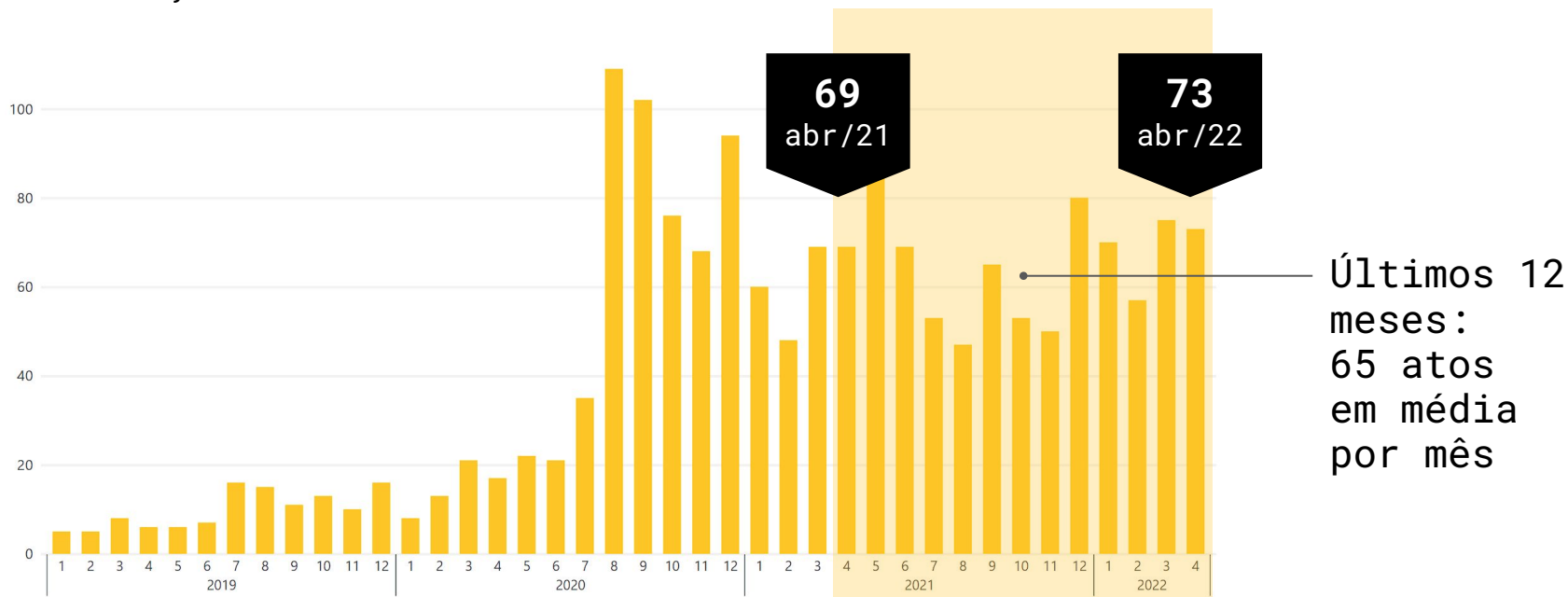
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

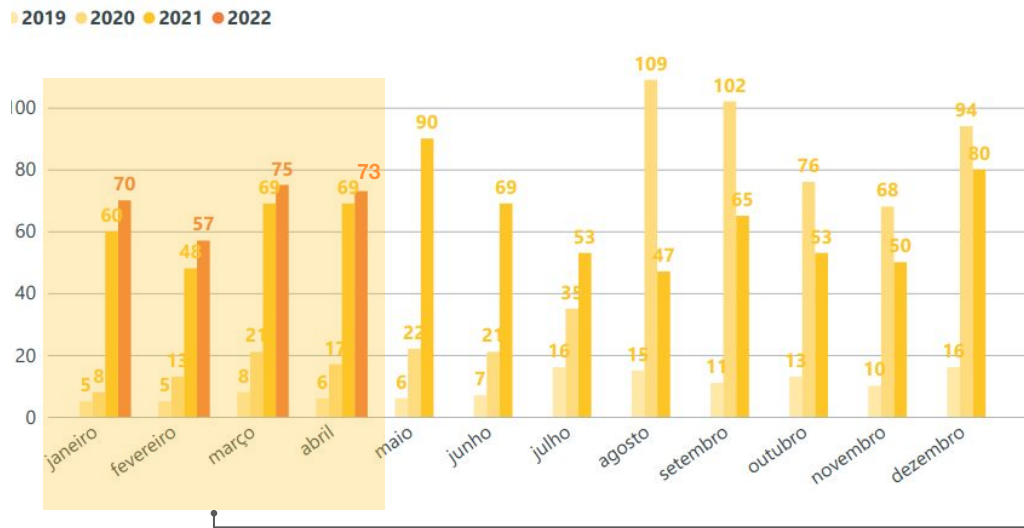
Em abril, o Monitor de Atos Públicos captou **73 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no Diário Oficial da União.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS



Tendência de alta

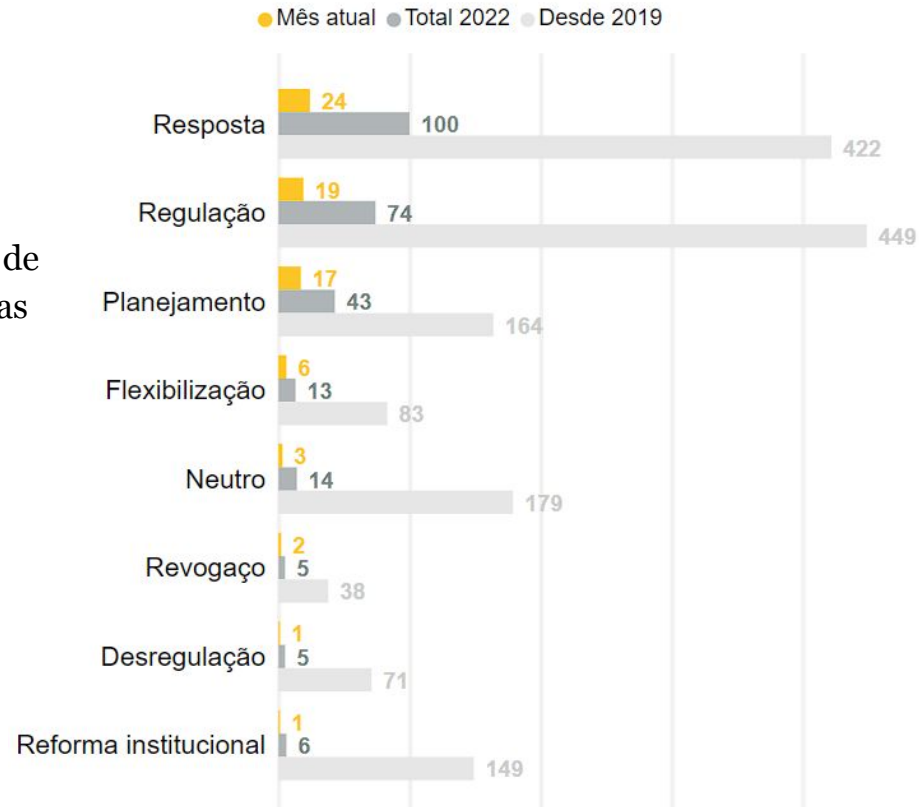
Os quatro primeiros meses de 2022 tiveram o maior número de atos para o respectivo mês desde 2019. Essa aceleração pode ser consequência do ano eleitoral.



Recordes de atos para o mês em janeiro (70), fevereiro (57), março (75) e abril (73)

ATOS DE ABRIL POR CLASSE

- A classe Resposta volta a ocupar o topo da lista;
- Houve mais atos de Regulação e, principalmente, de Planejamento – sinalizando a organização de novas políticas (planos, programas, projetos etc.);
- O maior volume de atos de Planejamento foi provocado, sobretudo por normas que criaram ou prorrogaram grupos de trabalho.



Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Regulação:** Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- **Resposta:** Reconhecimento de situações de emergência; Emprego da Força Nacional de Segurança Pública em Territórios Indígenas.

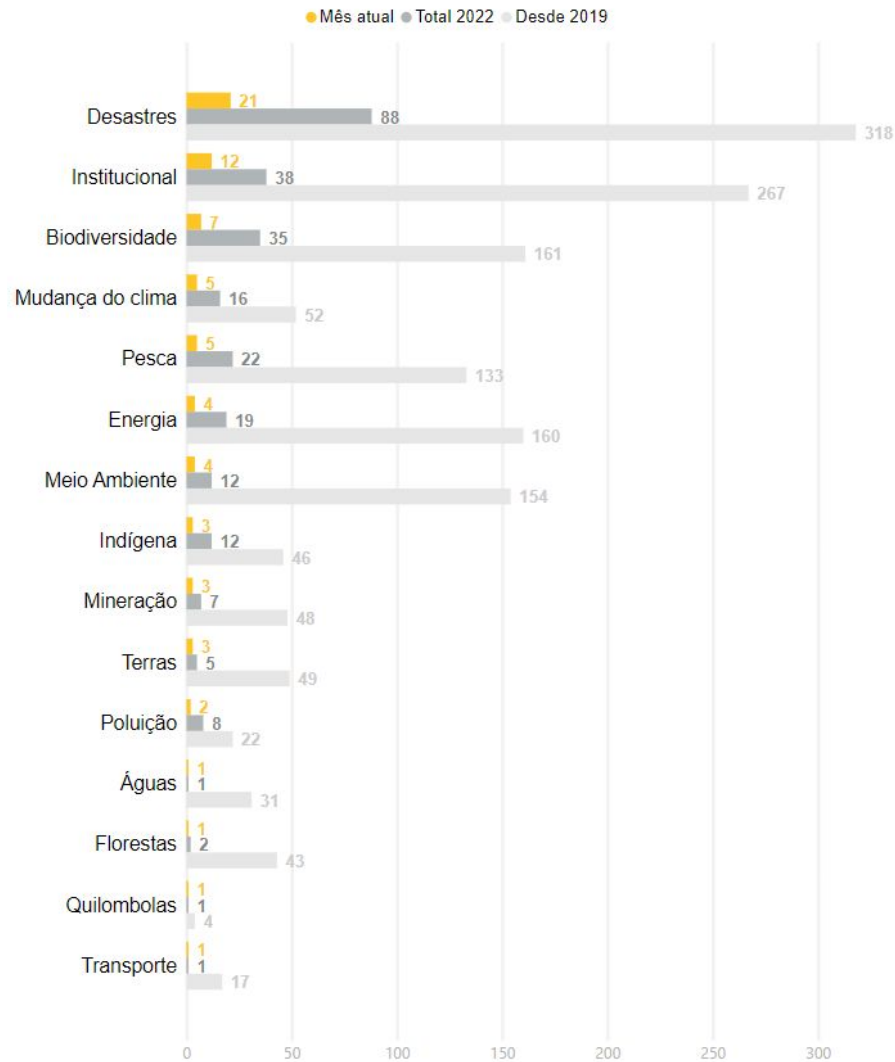
Saiba mais abaixo, nas descrições dos principais **atos do mês**

[Clique aqui para acessar](#)

Planejamento: Grupo de Trabalho Técnico do Plano Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura 2022-2032; Autorização para o Prevfogo contratar brigadas federais; Prorrogação do Grupo Técnico Temporário do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.

- **Desregulação:** Termos de ajustamento de conduta - TAC/ICMBio;
- **Flexibilização:** Eliminação controlada de Bifenilas Policloradas - PCB; Ordenamento pesqueiro da lagosta vermelha (*Panulirus argus*); Orientação Jurídica Normativa - OJN do ICMBio.

ATOS DE ABRIL POR TEMA



EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

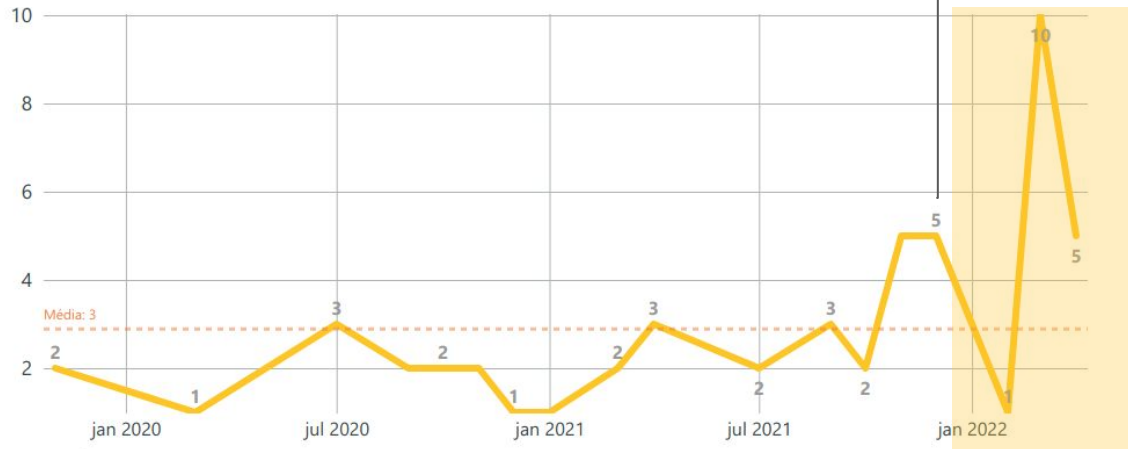
	Ano 2019												Total anual	2021												Total anual	2022		Total anual	Total				
	Mês	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12	Total anual	1	2	3	4	5	6	7	8	9		10	11			12	Total anual	1	2
Desastres		1								2	9	10	10	18	49	12	10	18	16	21	14	14	16	9	17	16	17	180	29	27	11	21	88	318
Institucional		7	1		1			1	4	18	17	23	24	89	8	13	11	16	25	8	11	8	15	4	9	5	133	2	6	18	12	38	267	
Biodiversidade		4	1		2	2		3	15	1	8	10	7	49	3	3	5	8	12	6	2	1	11	7	4	11	73	11	5	12	7	35	161	
Energia		2			3	4	2	6	5	17	5	5	13	60	7	3	4	4	13	10	6	8	9	2	3	10	79	10	3	2	4	19	160	
Meio Ambiente		40	5	3	6		5	6	6	17	17	7	3	81	2	1	3	3	4	1		2		1	1	3	21	5	2	1	4	12	154	
Pesca		27	3	1	9	5	2	3		3	2	1	4	41	5			3	4	8	6	3	4	3	2	5	43	5	3	9	5	22	133	
Amazônia		4		2	2	3	4	5	3	4	1	8	6	40	6	2	3	6			3	5		3	1	1	30			2		2	76	
Mudança do clima		2			1				3		2	2	2	11	1		2	3			2		3	2	5	5	23		1	10	5	16	52	
Agricultura		2		1	1		2		2	4	4		1	15	3	5	4	3			2		1	1	5	3	4	31			3		3	51
Marinho		3		2					26	1	3	2	2	36	1	1	2	1	1	2			2				10		1			1	50	
Terras		5		1	1	1			1	1	1	5		14	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	25	1		1	3	5	49	
Mineração		5					3	2	3	4		1	3	16	4	1	4	1	3	3		1				3	20	1	3		3	7	48	
Indígena		2			1							3	1	6	1	2	1	3	4	2	2		2	3	2	4	26	3	5	1	3	12	46	
Florestas		14		1		2	1	3	6	1	1		1	16	1		1				1		1	2	1	4	11			1	1	2	43	
Águas								3	3	7	1		1	15			5			3	1	2	1	2		1	15			1		1	31	
Ciência									11	9	2		2	24		1						2			1		4	1	1			2	30	
Poluição											3	1		4					1			2	1	1	1	4	10	2		4	2	8	22	
Transporte				1			1		1	3	1		1	8	2	1	1	1			1	1	1	1			8			1		1	17	
Antártica									4					4	1					2			1				4					8		
Turismo						1					2			3	2	2											4					7		
Cidades					1			2				1	1	5																		5		
Quilombolas																						2				1	3					1	4	
Total mensal		118	8	13	21	17	22	21	35	109	102	76	68	94	586	60	48	69	69	90	69	53	47	65	53	80	753	70	57	75	73	275	1.732	

ABR
2022

Tendência de alta

- Com 5 atos, o tema Mudança do Clima continua acima da média mensal;
- Como apontamos na análise de março, tem havido maior movimentação no tema nos últimos meses, relacionada aos compromissos anunciados na COP26.

EVOLUÇÃO MENSAL • MUDANÇA DO CLIMA

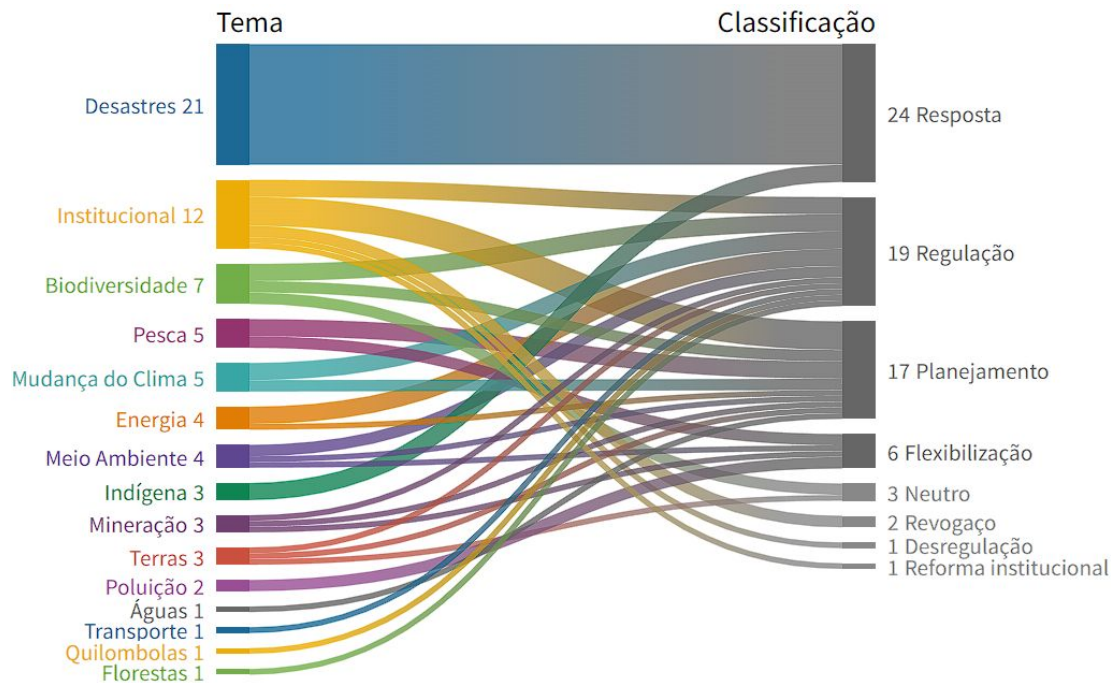


• A COP26 ocorreu em novembro/2021

Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

- **Desastres:** Reconhecimentos de situações de emergência por eventos meteorológicos e climáticos;
- **Institucional:** Contratação Prevfogo; Processo seletivo IBAMA; Revisões e Revogações;
- **Biodiversidade:** Núcleos de Gestão Integrada do ICMBio; Planos de Manejo e Zona de Amortecimento.



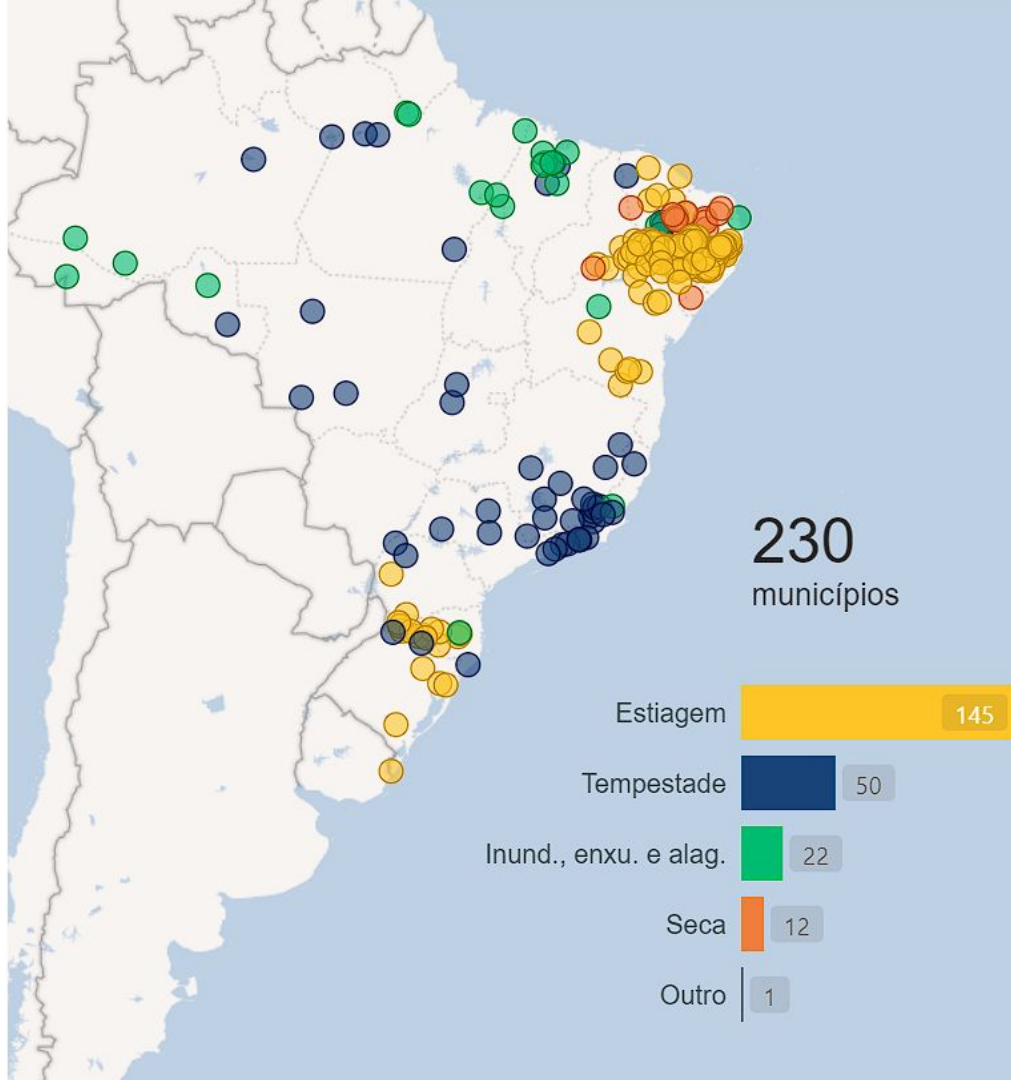
PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

O número de reconhecimentos de emergência e calamidade pública (230 municípios em 21 atos) volta a crescer em comparação ao mês anterior (183), após queda em março em relação a fevereiro.

Houve predominância de estiagem na região nordeste e tempestade no sudeste do país.

Acesse nosso monitor
de desastres



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mudança do Clima

PORTARIA MMA Nº 102, DE 11 DE ABRIL DE 2022

Planejamento

Prorroga os trabalhos do Grupo Técnico Temporário do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do **Plano Nacional de Adaptação*** à Mudança do Clima – PNA, instituído por meio da Resolução nº 3, de 17 de agosto de 2021, por mais 180 dias, a contar de 16 de março de 2022.

PORTARIA Nº 275, DE 13 DE ABRIL DE 2022
Regulação

Submete à consulta pública por 30 dias proposta do Programa Nacional de Cadeias Agropecuárias Descarbonizantes.



* O Brasil não submeteu contribuição ao programa de trabalho Glasgow Sharm el Sheikh ("GlaSS") relacionado à Meta Global de Adaptação (GGA), segundo consulta ao portal da UNFCCC em 1º de maio. O prazo se encerrou em abril. Houve sete contribuições de Partes, incluindo documentos de China, União Europeia e Japão.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Mudança do Clima

RESOLUÇÃO CIMV Nº 1, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Regulação

RESOLUÇÃO CIMV Nº 2, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Regulação

Aprovações do Regimento Interno do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (CIMV) e do Regimento Interno da Comissão Técnica do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.

RESOLUÇÃO CIMV Nº 4, DE 28 DE ABRIL DE 2022

Planejamento

Aprova a instituição de Grupo Técnico Temporário da CIMV para subsidiar a implementação dos mecanismos do Artigo 6º do Acordo de Paris no Brasil (GT-ART6), com duração de um ano. O GT será formado por um titular e um suplente de cada ministério que compõe a CIMV, e o Ministério da Economia coordenará o grupo. “Será dada transparência ativa da agenda de reuniões, atas e dos documentos finais elaborados”, diz a norma.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Florestas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Regulação

Regula as diretrizes e os procedimentos administrativos e técnicos para a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitário para exploração de recursos madeireiros no interior de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, proposto por população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação (UC). A exploração passa a ser aprovada pelo Conselho Deliberativo e, para o manejo comunitário, a existência de Conselho Gestor torna-se um requisito, entre **outras mudanças**.

Institucional

PORTARIA Nº 916, DE 14 DE ABRIL DE 2022
Planejamento

Republica a Portaria nº 874, de 11 de abril de 2022, que autoriza o Prevfogo a contratar brigadistas para apoio às Coordenações Estaduais do Prevfogo em diversos municípios dos estados em situação de emergência ambiental. A estruturação das brigadas federais em tempo hábil é um importante instrumento de combate aos incêndios florestais. Nos últimos anos a autorização saíram com atraso, já na estação seca. Abril é o mês limite para garantir a eficiência das contratações. **Positivo a portaria editada no prazo.**

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Pesca

PORTARIA SAP/MAPA Nº 688, DE 19 DE ABRIL DE 2022

Flexibilização

Foram diminuídas as medidas de tamanho mínimo para a captura da lagosta vermelha (*Panulirus argus*), aplicáveis a 2022. Antes o comprimento da cauda era de 14cm e agora foi para 13cm, e o comprimento do cefalotórax era de 8cm e agora é de 7,5cm. Foram adicionados comprimentos para 2023 e anos subsequentes, o que não constava em separado do ano de 2022. As medidas de estabelecimento de um tamanho mínimo para a captura de uma espécie são um importante instrumento de ordenamento pesqueiro que pretende

resguardar o período de reprodução antes que ocorra a pesca desses indivíduos.

Considerando que as espécies de lagostas estão pescadas em excesso no Brasil e que, por isso, fazem parte da lista de espécies ameaçadas de extinção (Portaria MMA 445/2014), são necessárias e urgentes medidas de recuperação desses estoques, dentre elas o estabelecimento adequado do tamanho mínimo permitido. O aumento das medidas de 14cm de cauda e 8cm de cefalotórax para a lagosta vermelha havia sido recomendado pelo comitê científico do IBAMA e publicado no [Plano de gestão para o uso sustentável de lagostas](#) no Brasil desde 2008.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Meio Ambiente

DECRETO Nº 11.043, DE 13 DE ABRIL DE 2022

Regulação

Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A meta principal desse plano é acabar com os lixões no Brasil até 2024 e aumentar o reaproveitamento de resíduos no mínimo em até 50% nos próximos 20 anos. Considerado por especialistas como um avanço, pois o Plano estava previsto desde a Política Nacional de Resíduos Sólidos ([Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010](#)) que dizia que, no parágrafo único do Art 15: O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Segundo a introdução do documento do Plano publicado agora e disponível no DOU, o Plano Nacional de Resíduo Sólidos (chamado de PLANARES) foi elaborado por meio de acordo de cooperação com a ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais) e teve contribuições de audiências públicas e consulta pública via online.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Meio Ambiente

DECRETO Nº 11.044, DE 13 DE ABRIL DE
2022

Regulação

Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem – Recicla+. A solicitação de emissão e a aquisição do Recicla+ têm caráter voluntário. O Certificado é um documento comprobatório das massas de embalagens ou de produtos efetivamente compensados pela restituição ao ciclo produtivo da massa equivalente desses materiais, podendo ser adquirido pelas empresas para fins de comprovação de cumprimento das metas de logística reversa.

Há previsão de um “grupo de acompanhamento de Performance”. Ainda haverá ato do MMA para dispor sobre alguns critérios e elaboração de relatório de resultados pelo grupo. O Recicla+ não substitui uma maior operacionalização e investimentos na questão dos resíduos sólidos. Uma “compensação”, nesses termos, não está claramente explícita na Política Nacional de Resíduos Sólidos, o que demanda uma reflexão maior sobre o tema e sua segurança jurídica.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Indígenas

PORTARIA MJSP Nº 61, DE 11 DE ABRIL DE 2022

Resposta

Autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP em apoio à Fundação Nacional do Índio – Funai, na **Terra Indígena Urubu Branco**, no Estado de Mato Grosso, no período de 11 a 19 de abril de 2022. O território sofre com frequentes invasões e conflitos. Após **decisão do STF**, em 2021, foi iniciada a desintrusão (retirada) de não indígenas. A disputa judicial durou cerca de duas décadas.

PORTARIA MJSP Nº 65, DE 18 DE ABRIL DE 2022

Resposta

Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Fundação Nacional do Índio – Funai, na Terra Indígena Sararé, no Estado de Mato Grosso, no período de 27 de abril a 23 de outubro de 2022. A comunidade indígena é pressionada pelo garimpo ilegal de ouro há mais de 30 anos e está em curso uma operação que visa barrar a mineração ilegal e impedir o retorno dos garimpeiros.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Poluição

DECRETO Nº 11.040, DE 12 DE ABRIL DE 2022

Flexibilização

Inserir no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 a data limite de 31/12/2022 para que conste nas embalagens de agrotóxicos a advertência com a expressão “AGROTÓXICO – NÃO REUTILIZAR ESTA EMBALAGEM”. Antes não havia data, mas a obrigação direta - redação que foi modificada pelo Decreto Federal 10.833/2021, que alterou as diretrizes e procedimentos acerca dos agrotóxicos, seus componentes e afins. [Confira nossa análise.](#)



PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Terras indígenas

Foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal o **Projeto de Lei Complementar (PLP) 275/2019**, que busca declarar a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas de relevante interesse público da União. O texto seguiu para a análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação de relator.

Um mês após a aprovação do requerimento de urgência do PL 191/2020 na Câmara dos Deputados não foi criado o Grupo de Trabalho que discutiria a matéria, segundo acordo anunciado pelo presidente da Casa, Arthur Lira, para que o assunto fosse ao Plenário. Há perspectiva de que a análise se dê no grupo que já opera para a **revisão do Código de Mineração** (Decreto-lei 227/97).

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Carbono: meio de campo embolado

A regulação dos mercados de carbono tramita na Câmara, com propostas aglutinadas no **PL 2148/2015** (incluindo o PL 528/2021, de Marcelo Ramos), que está em regime de urgência e pronto para o Plenário. No Senado, o **PLS 412/2022** de Chiquinho Feitosa (DEM-CE), está sendo relatado por Tasso Jereissati (PSDB-CE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Executivo elaborou uma nova versão de projeto de lei **substitutivo**: há informações de que havia acordo para levar adiante a proposta ao Congresso Nacional. Porém, o MMA teria discordado e então anunciou que fará regulamentação infralegal.

Falta consenso em torno do desenho de um mercado de carbono regulado no país e as principais escolhas regulatórias a serem feitas. Enquanto no Congresso se mobilizam propostas de sistema de comércio de emissões (*cap-and-trade*), a preferência do atual governo federal é de um modelo voltado à geração de créditos para mercados voluntários, com base na experiência do Canadá (*Federal Output-Based Pricing System - OBPS*), porém, adaptada (com acordos setoriais, como na política nacional de resíduos sólidos).

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Biomass

A comissão externa sobre queimadas nos biomas brasileiros da Câmara dos Deputados **aprovou** a realização de 8 audiências públicas para complementação de diagnósticos já realizados sobre o tema, buscando incluir a questão na agenda eleitoral. A primeira audiência está marcada para 19 de maio (situação dos direitos humanos em relação a povos indígenas e comunidades tradicionais nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal).

Prioridades em suspenso

Tanto os PLs relacionados à regularização fundiária (PLs **2633/2020** e **510/2021**) quanto o de licenciamento ambiental (**PL 2159/2021**), colocados na Agenda Prioritária do Governo Federal em 2022 e também elencados no Pacote da Destruição, não caminharam no Senado em abril.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Lideranças

Na Câmara dos Deputados, foram **eleitos** 22 presidentes para as comissões permanentes da Casa. Destaque para: deputado João Daniel (Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia), deputado Covatti Filho (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e deputado Giacobbo (Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenvolvimento Rural).

Pauta prioritária

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, **reiterou** a defesa por um equilíbrio no debate envolvendo desenvolvimento econômico e questão ambiental. Ele se reuniu com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para debater os projetos considerados prioritários pelo grupo, como o projeto da regularização fundiária (PL 510/2021), do licenciamento ambiental (PL 2.159/2021), dos pesticidas (PL 6.299/2002 ou PLS 526/1999, na origem) e do autocontrole (PL 1.293/2021). Houve acordo para que os presidentes das comissões alinhem entendimentos com os respectivos relatores.

NOVAS PROPOSIÇÕES

Projetos de lei*

Tema	Proposta(s)
Visa a alterar o Código de Mineração para reduzir o pagamento da taxa anual por hectare associada às autorizações de pesquisa de minerais empregados como matéria-prima para fabricação de fertilizantes	Projeto de Lei (PL) 948/2022: Autoria do deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

* Destacamos os Projetos de Lei mais relevantes entre os apresentados no mês.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Pauta verde histórica

O Supremo Tribunal Federal (STF) colocou na pauta de julgamento sete ações de grande repercussão socioambiental e climática: ADPF 760, ADPF 735, ADPF 651, ADO 54, ADO 59, ADI 6148 e ADI 6808.

O julgamento da pauta verde foi iniciado em 30 de março, com a análise conjunta das ADPF 760 e ADO 54, ambas relacionadas ao desmatamento na Amazônia. Em seu primoroso voto, a ministra relatora Cármen Lúcia trouxe conceitos como o da “cupinização” das políticas ambientais (a aparência de normalidade, mas com estruturas corridas) e o ponto de não retorno da savanização da Amazônia.

Falou também daquilo que chamou de “engodo administrativo”, quando, nas suas palavras, “faz de conta que faz algo, mas é mentira”. Ressaltou ainda que “verbo não é verba”, ao dizer que é necessário que haja execução orçamentária e não apenas promessas de ação. Apontou que não se admite uma caquistocracia (**governo dos piores, menos qualificados**) em nenhum assunto, especialmente o ambiental, reconhecendo um “estado de coisas inconstitucional” ante a urgência e gravidade dos temas e falta de atuação das autoridades. O voto, que pode ser acessado na íntegra [aqui](#), citou a POLÍTICA POR INTEIRO.

JUDICIÁRIO

Pauta verde histórica - cont.

Após o voto de Cármen Lúcia, o ministro André Mendonça, recém chegado na Corte por indicação de Jair Bolsonaro, pediu vistas dos processos, suspendendo, portanto, a sua apreciação até a sua devolução.

A ADPF 651, que discutia a diminuição da participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foi **julgada** na sequência. Com maioria pela procedência, foi declarada a inconstitucionalidade da alteração. Houve também o **julgamento pela parcial procedência** da ADI 6808, que discutia a inconstitucionalidade da concessão de licença

ambiental automática pela Medida Provisória (MP) 1.040/2021 (convertida na Lei Federal 14.195).

Acesse a **Nota Técnica STF** e a oportunidade de se fazer **justiça climática**.

Clique aqui para
acessar

CONJUNTURA



OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO

CRISES/RETROCESSOS/POLÊMICAS

Abril indígena

“É preciso interromper esses processos de destruição e morte” - documento final do ATL 2022

A POLÍTICA POR INTEIRO preparou **material exclusivo** mostrando que entre 19 de abril de 2021 e 19 de abril de 2022, o Monitor de Atos Públicos captou 31 normas no tema Indígena. A análise dessas medidas mostra que a política governamental na área é reativa e insuficiente para pôr fim aos ataques aos povos indígenas no Brasil. Pelo contrário, a violência tem se intensificado, com agressões constantes aos seus direitos e a suas vidas. Na última semana de abril, **denúncia** de que uma menina yanomami foi estuprada e morta fez ministros do Supremo Tribunal Federal (STF)

exigirem investigação do caso durante sessão da pauta verde.

O 18º Acampamento Terra Livre (ATL), organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), teve o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Território e aldear a política”. As mais de 8 mil lideranças de 200 povos indígenas presentes em Brasília propuseram uma **Plataforma Indígena de Reconstrução do Brasil**. O ATL foi visitado pelo ex-presidente Lula, cobrado sobre questões de seu governo, como a construção da hidrelétrica de Belo Monte. No discurso, ele **fez um mea-culpa** sobre o que deixou de ser feito.

ALERTAS

Carvão na conta de luz

Regulamentada a inserção da energia termelétrica gerada no complexo Jorge Lacerda no Sistema Interligado Nacional (SIN), de acordo com o **Plano de Transição Justa** instituído via Lei 14.299 em janeiro/2022 . O Plano prevê subsídios para cobrir os custos de operação e manutenção da geração de energia resultante da queima do carvão mineral até 2025. O custo adicional para o país da energia mais poluente do mundo será de **R\$ 52 bilhões**, segundo documento da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e será embutido na conta de luz dos consumidores.

Nº1 do desmatamento

O *World Resources Institute* - WRI lançou, com a Universidade de Maryland, seu *Global Forest Watch* analisando o desmatamento de florestas no mundo. O Brasil aparece em primeiro do ranking. República Democrática do Congo, Bolívia, Indonésia e Peru completam o Top 5 dos países que mais desmataram no ano de 2021. **Só no ano passado, o Brasil desmatou uma área florestal equivalente a 15.000 Km²** (quase 10 vezes a área do município de São Paulo) e foi responsável por 40% do desmatamento global no último ano.

Mudança do Clima

Na pauta climática, houve a divulgação da 2ª atualização da **NDC brasileira**, enviada à UNFCCC. Elaborada sem participação da sociedade, não incluiu metas climáticas mais ambiciosas e permite mais emissões do que o compromisso depositado em 2016. A POLÍTICA POR INTEIRO **divulgou análise** da atualização da NDC submetida à UNFCCC.

Clique aqui para
acessar nossa análise

Não foi divulgada a minuta da **revisão da Lei 12.187, que institui a PNMC**. Tampouco foi publicado decreto ou apresentado projeto de lei do Executivo acerca de mercado de carbono. Nos bastidores, a movimentação foi intensa, com vaivém de minutas de projeto de lei sobre um “Sistema Nacional de Redução de Emissões” (SINARE). Porém, por fim, o tema deve ser editado por decreto (infralegal).

Além disso, abril foi um mês de preparativos e “balões de ensaio”, antecedendo o evento **Mercado Global de Carbono – Oportunidades Verdes**, que será promovido pelo MMA em maio.

ICMBio, BNDES e Créditos de Carbono

ICMBio e BNDES assinaram um Acordo de Cooperação Técnica para a “realização de estudos de viabilização de concessões de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de créditos de carbono em Unidades de Conservação Florestal”. Assim, foi publicado o **EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N°01/2022**, cujo objeto é “estabelecer, entre os Partícipes, os termos em que serão desenvolvidas, no âmbito do Fundo

de Estruturação de Projetos – BNDES FEP, observado o disposto nas Resoluções n° 3.761/2021 e 3.762/2021, aprovadas pela Diretoria do BNDES, estudo setorial de planejamento e definição de diretrizes para ativos ambientais e também a estruturação de projetos-piloto visando à concessão, para fins de exploração de Pagamento de Serviços Ambientais para até 5 (cinco) ÁREAS DE CONCESSÃO”. Não foram divulgadas quais são essas áreas.

NO RADAR - BRASIL

Petróleo

Seguem os leilões de petróleo mesmo após todos os alertas do IPCC sobre a necessidade urgente de se acabar com o consumo de combustíveis fósseis. **Sob protesto de ambientalistas**, ocorreu a terceira rodada de concessão de áreas da Oferta Permanente para produção e exploração de petróleo e gás natural. Mais uma vez, houve poucos interessados: **apenas 59 dos 379 blocos oferecidos** foram arrematados. A **diretora de Políticas Públicas do Instituto Talanoa, Ana Paula Prates**, assinou **um artigo de opinião** juntamente com parceiros do Observatório do Clima, alertando sobre esse tema.

Os leilões ocorrem **em um esquema de saldão**, sem que a ANP faça uma avaliação ambiental prévia dos blocos, disponibilizando várias áreas sensíveis. Esse procedimento provoca insegurança jurídica, uma vez que aponta que apenas no licenciamento ambiental é que serão observadas as características locais dos blocos a serem vendidos. Talvez essa seja a razão pelo fracasso de vendas.

NO RADAR - MERCADOS

Vale processada

A SEC (a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) entrou com **processo contra da Vale na Justiça norte-americana**. O órgão regulador afirma que a mineradora mentiu para os investidores, de 2016 até o rompimento da barragem de Brumadinho em 2019, sobre as práticas de segurança empregadas em suas barragens no Brasil, ocultando os riscos ambientais e econômicos de seus empreendimentos e violando as leis de valores mobiliários dos Estados Unidos.

O processo movido pela SEC exemplifica o aumento da vigilância sobre as empresas e suas práticas socioambientais e de governança. O movimento da agência americana mostra que o mercado exigirá cada vez mais transparência das companhias e responsabilização no caso de falhas nas informações prestadas aos investidores.

Eleições

- **Lula** (41% intenção dos votos): em evento com alguns ambientalistas neste mês, Lula discutiu a "criação de uma empresa nos mesmos moldes da Embrapa voltada à biodiversidade e a inclusão de um S a mais no BNDES, para que o banco fomente ações de sustentabilidade". Também foram debatidos o fortalecimento do Ibama, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), além da possibilidade da criação do Instituto Tecnológico da Amazônia "para estimular pesquisa, gerar valor agregado e verticalizar a estrutura produtiva da região".
- **Bolsonaro** (36%): foi alvo de críticas no Acampamento Terra Livre. No Twitter comemorou expansão do setor eólico e entrega de títulos de propriedade rural.
- **Ciro** (6%): no Twitter criticou os ataques de garimpeiros ao povo Yanomami
- **Doria** (4%): admitiu possibilidade de ser candidato a vice. No Twitter comemorou o crescimento do agronegócio em sua gestão no estado de São Paulo.

NO RADAR - BRASIL

Twitter



- Acampamento Terra Livre e a visita do ex-presidente Lula;
- Política de preço dos combustíveis (mais uma vez!);
- Ataques de garimpeiros ao povo Yanomani.

Nuvem de frases mais frequentes nos tuítes do mês, monitorados em parceria com a Folha de São Paulo, de autoridades do país (presidente, ministros, congressistas, entre outros) e especialistas relacionados ao meio ambiente e mudanças climáticas.

ALERTAS

Espécies exóticas invasoras

Enquanto não se chega ao consenso do novo acordo imprescindível para conter o atual ritmo de perda da biodiversidade mundial (*leia mais em Internacional*), a invasão de espécies exóticas, considerada um dos maiores vetores de pressão que causam a perda de biodiversidade, prossegue.

Desde 2014, alerta-se sobre a possível chegada ao país da espécie invasora do peixe leão (*Pterois volitans*), espécie recifal originária do Indo-Pacífico, que virou praga no Caribe. Em menos de um ano e meio, já foram capturados 49 espécimes de peixe leão no Parque Marinho Nacional de Fernando de Noronha, e neste mês, em

apenas um dia foram encontrados 20 espécimes no litoral do Ceará, além do relato de acidente com um pescador, hospitalizado devido ao veneno encontrado nessa espécie.

Além da publicação do polêmico Decreto nº 10.576 de 14 de dezembro de 2020, de cessão de águas públicas da União, no qual se exclui a análise ambiental e abre a possibilidade para espécies exóticas, nenhuma norma ou alerta sobre o tema saiu do governo federal até agora. Confira nossa análise exclusiva.

Biodiversidade - COP 15

As **Conferências de Genebra** se encerraram com muitas pendências para a COP 15 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que deverá ocorrer em Kunming, na China, ainda neste ano. Ainda uma nova reunião será necessária (21 a 26 de junho, em Nairóbi, no Quênia) para as negociações do novo quadro global para a biodiversidade pós-2020 (GBF).

Metade das 45 recomendações para a COP15 estão lotadas de colchetes e muitas envolvem posições conflitantes aparentemente intransponíveis. Segundo análise de **Braulio Dias**, ex-secretário-executivo da CDB, a COP15 está cheirando a um fracasso como foi a COP do Clima em Copenhagen em 2009.

Reeleição de Macron

E na França houve a **reeleição** de Emmanuel Macron, que governará o país por mais 5 anos. Cabe destacar que Macron destacou o foco que dará ao seu mandato: “Vocês escolheram hoje um projeto ambicioso. Um projeto europeu, social e ecológico, baseado no trabalho e na criação”.

Vale lembrar que a Macron e Bolsonaro tiveram constantes rugas nos últimos anos, especialmente relacionados a temas **socioambientais** e climáticos, impactando inclusive na acessão do Brasil à **OCDE** e **acordo comercial** entre Mercosul e União Européia.

NO RADAR - INTERNACIONAL

OCDE e meio ambiente

A OCDE lançou seu relatório sobre como seus países-membros estão em relação às 17 metas de desenvolvimento sustentável (*The Short and Winding Road to 2030: Measuring Distance to the SDG Targets*). Em especial no que concerne às metas relacionadas ao meio ambiente (Planet theme), três das seis metas não foram alcançadas ainda por nenhum membro: produção e consumo responsável, ação climática, vida sob água. No contexto de todas as metas, apenas 25% delas foram satisfatoriamente alcançadas pelos países-membros da OCDE.

OCDE e Brasil

O processo de acessão do Brasil à OCDE continua avançando, mas não apresentou em abril mudança significativa, nem para o progresso imediato da agenda, nem para um atraso no seguimento do processo.

Energia e matéria-prima

A guerra na Ucrânia, junto de entraves logísticos no mundo, causados também pela pandemia de covid-19, continua a causar o aumento dos preços de combustíveis fósseis, assim como também do preço do níquel e do urânio. Um efeito substituição de combustíveis fósseis por limpos pode acontecer nos próximos meses e anos. Contudo as altas do principal insumo de baterias (níquel) e do principal material para usinas nucleares (urânio) impõem desafios nessa substituição de fontes sujas por fontes verdes. Ainda assim, essa substituição é desejável pelo dividendo duplo (OCDE) que ela é capaz de

produzir: um mix energético mais variado e, portanto, menor dependência de uma única fonte de energia; diminuição da dependência nacional em relação a combustíveis oriundos de governos autocráticos, algo que ficou explícito quanto negativo é num contexto geopolítico, em especial envolvendo a dependência europeia pelo gás russo.

NO RADAR - INTERNACIONAL

IPCC - Grupo III

Na primeira semana de abril, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) lançou o **relatório do Grupo III**, acerca de mitigação. É a última parte de seu 6º Relatório de Avaliação, cuja consolidação será apresentada em setembro.

O recado dos cientistas é claro: é agora ou nunca! As ações para limitar o aquecimento do planeta a 1,5°C devem ser tomadas imediatamente, para que o pico de emissões de gases do efeito estufa ocorra até 2025, e ocorra redução de 43% até 2030.

Acordo de Escazú

Ocorreu a **primeira reunião** dos países integrantes do **Acordo de Escazú**, que é um tratado internacional relacionado à informação, participação pública e acesso à justiça ambiental na América Latina e Caribe.

O **Brasil não ratificou** o Acordo, não sendo, pois, país participante das reuniões, sem direito a voto nas deliberações e decisões.

Dia da Terra

No Dia da Terra, 22 de abril, mais lembrado fora do Brasil, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, assinou uma ordem executiva que sinaliza a possibilidade de um posicionamento mais rigoroso do país em relação à rastreabilidade das cadeias produtivas. O documento que resume os pontos da norma destaca que “um dos principais impulsionadores do desmatamento no mundo é o corte das florestas para a produção de commodities agrícolas, como carne, soja e azeite de dendê”. A ordem editada por Biden determina que o Departamento de Estado lidere a produção de

um relatório envolvendo toda a administração no esforço para reduzir ou eliminar as compras públicas americanas de commodities agrícolas produzidas ilegalmente ou em terras recentemente desmatadas. Desta forma, o presidente dos Estados Unidos demonstra que barreiras não-tarifárias devem surgir para países que não desenvolverem o monitoramento de cadeias sustentáveis. O Brasil está no radar do governo americano e foi **citado no discurso da assinatura da norma**: “Deveríamos pagar os brasileiros para não derrubar suas florestas”.

An aerial, black and white photograph of a vast Amazonian forest. A dark, winding river flows through the dense canopy, creating a complex network of channels. A small, light-colored boat is visible on the river in the lower-middle section. The forest extends to the edges of the frame, with some water bodies visible in the upper right corner.

AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA SUAS
POLÍTICAS AMBIENTAIS

FOTO: GUSTAVO FRAZÃO/SHUTTERSTOCK.COM

AM | LEG
PLO Nº 173

BIODIVERSIDADE

Proíbe a utilização de fogo dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas.

AC | EXE
PORT. IMAC Nº 43

TERRAS

Estabelece a obrigatoriedade de análise do CAR para os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades que envolvam manejo e exploração florestal (supressão de vegetação em área primária ou secundária) e demais atividades agropecuárias.

AC | EXE
DECRETO Nº 1.016-P

INSTITUCIONAL

Troca de comando na SEMAPI, sai Geraldo Israel Milani de Nogueira entra PAOLA FERNANDA DANIEL para exercer o cargo de Secretária de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – SEMAPI.

AM | EXE
DECRETO N.º 45.391

DESASTRES

Homologa a Situação de Emergência no Município de Envira, na forma que especifica.

AM | EXE
DECRETO N.º 45.425

DESASTRES

HOMOLOGA a Situação de Emergência no Município de Boca do Acre, na forma que especifica.

AM | EXE
DECRETO N.º 45.434

DESASTRES

HOMOLOGA a Situação de Emergência no Município de Guajará, na forma que especifica.

DESTAQUES DE ABRIL

Executivo

ACRE • **TEMA: TERRAS** | Portaria IMAC N° 43,
DE 25 DE abril DE 2022

Estabelece a obrigatoriedade de análise do CAR para os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades que envolvam manejo e exploração florestal (supressão de vegetação em área primária ou secundária) e demais atividades agropecuárias. Entre os critérios da análise estão a ocorrência de sobreposição de polígonos de imóveis cadastrados e identificação das áreas passíveis de recomposição de APP e Reserva Legal. Qualquer inconsistência será relatada em Relatório Técnico e os processos protocolados sem CAR analisado ou negado serão automaticamente arquivados. A regulamentação vale para processos protocolados a partir do dia 1º de maio de 2022 e, se bem executado, representa uma possibilidade de garantir efetividade na análise do CAR no estado do Acre.

Legislativo

AMAZONAS • **TEMA: BIODIVERSIDADE** | Projeto
de Lei Ordinária n° 173 de 2022

Proíbe a utilização de fogo dentro das unidades de conservação do Estado do Amazonas.

O projeto se justifica pelo reforço à proteção de áreas ambientais por meio da proibição do uso de fogo dentro das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas. No entanto, já é previsto no Código Florestal a proibição do fogo com exceção da queima controlada, em conformidade com o respectivo plano de manejo e aprovação do órgão gestor da UC. Além disso, a moratória do fogo, ainda que ineficaz, só permite o uso do fogo na região amazônica para práticas de subsistência e manejo com liberação do órgão estadual. Importante considerar que a queima prescrita vem se consolidando como importante ferramenta de prevenção do fogo também no bioma amazônico e não fica claro no projeto de lei se a prática será considerada ilegal.

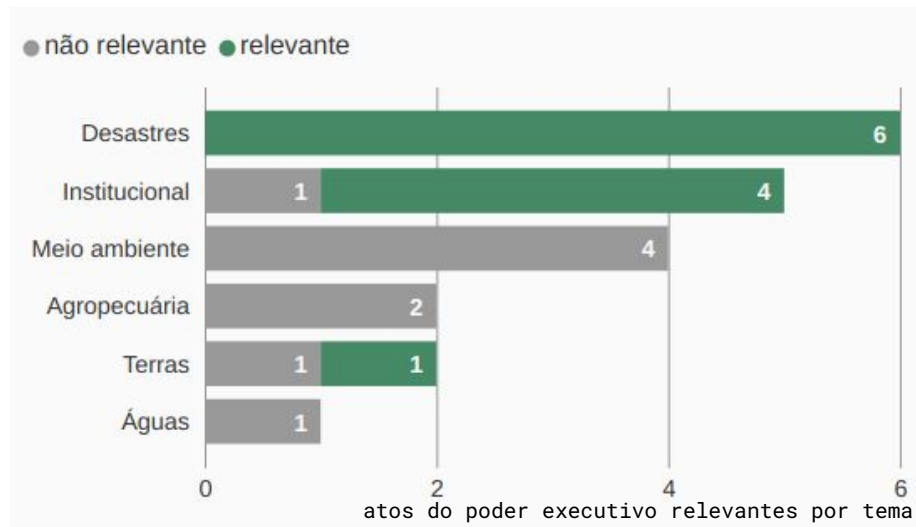
DESTAQUES DE ABRIL

Executivo

AMAZONAS • TEMA: DESASTRES

Foram captados 7 decretos de declaração de emergência em municípios do Amazonas:

- Parintins e Envira: chuvas intensas, com alagamentos e desmoronamento de terras;
- Boca do Acre: elevação contínua dos rios Acre, Purus e seus afluentes;
- Guajará e Ipixuna: elevação contínua do rio Juruá e afluentes, na Calha do Juruá e com inundações de bairros periféricos e ribeirinhos, bem como das comunidades rurais e indígenas;
- Eirunepé: elevação contínua do rio Juruá, com inundações;
- Itamarati: chuvas intensas, que causaram um aumento gradativo do Rio Juruá.



Leia o **Balço mensal** do Foco Amazônia na íntegra

[Clique aqui para acessar](#)

A black and white photograph of a large, dark stone sculpture, possibly a head or a large letter, set against a dramatic sky filled with clouds. A bright sunburst effect is visible behind the sculpture, creating a strong contrast and highlighting its silhouette. The overall mood is contemplative and artistic.

TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

FOTO: DORIVAN MARINHO/SCO/STF

BRASIL

Governo federal

Em maio, o grande “cartão de visitas” do Governo Federal deve ser sua atuação em **mercados de carbono e metano** – pautas que se interrelacionam, mas que parecem desarticuladas dentro do próprio governo. Espera-se a publicação de um decreto para regulamentar o SINARE. O **Congresso Mercado Global de Carbono**, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, de 18 a 20 de maio, no Rio de Janeiro, promoverá projetos associados a mercados voluntários.

Congresso Nacional

Deputados da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) conseguiram ocupar as presidências de seis comissões ambientais ou relevantes para o tema nas eleições ocorridas no fim de abril. Pode-se esperar em maio que as bancadas busquem articular a tramitação de seus projetos prioritários, como o PL da Regularização Fundiária e o PL do Licenciamento Ambiental.

Judiciário

No STF, as sessões de maio continuarão as análises das sete ações relacionadas à “pauta verde” (climática e socioambiental). Há perspectiva de que importantes decisões sejam tomadas nas próximas semanas, mas não se pode descartar um pedido de vistas protelando o que já não se pode protelar em tempos de emergência climática. Cabe reforçar, conforme apontamos na Seção do Judiciário, que a ADPF 760 e ADO 54 estão com julgamento suspenso justamente pelo pedido de vistas do ministro André Mendonça.

Relações Exteriores

Uma frente parlamentar estrangeira, formada por republicanos e democratas americanos, visitará o Congresso Brasileiro em maio. Há agendas marcadas com ruralistas e ambientalistas.

NO RADAR - NACIONAL E INTERNACIONAL

Agenda 2022

- ❑ 2 a 3 de Junho: **Estocolmo +50**
- ❑ 6 a 16 de Junho: UNFCCC - Negociações intersessionais, incluindo:
 - ❑ Diálogos de Glasgow sobre Perdas e Danos (SB56)
 - ❑ **Diálogo SBSTA Ocean and Climate Change**
- ❑ 23 de Junho - STF - Julgamento do caso do 'marco temporal' relativo a terras indígenas
- ❑ 21 a 26 - CDB - **4º Encontro do Grupo de Trabalho** sobre o novo marco Global da Biodiversidade Post-2020, Nairobi, Kenya
- ❑ 26 a 28 de Junho: G7 - Cúpula
- ❑ 27 de Junho a 1º de Julho: **Oceano** - II Conferência sobre Oceano da ONU, Lisboa, Portugal
- ❑ 1º de julho - Entra em vigor a **Resolução CMN nº 4.945/2021**, que obriga instituições financeiras a estabelecer a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.
- ❑ 20 de julho a 5 de agosto: Eleições - convenções partidárias
- ❑ Julho a setembro: COP15 CDB em Kunming, China (continua sem data definida)
- ❑ A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- ❑ 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação** (AR6 - consolidado)
- ❑ 13 a 20 de Setembro: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- ❑ 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- ❑ 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- ❑ 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- ❑ 7 a 18 de Novembro - COP27 em Sharm El Sheik, Egito.



**política
por inteiro**

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative